

ASPECTOS RELEVANTES NA PASSAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL

Dra. Maria Lidia Sica Szymanski  0000-0003-1641-8527

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Me. Rosa Cleide Marques Machado  0000-0001-5469-7606

Prefeitura Municipal de Cascavel

RESUMO: Investiga-se acerca da transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória nas bases de dados *Scielo* e *BDTD*, no período de 2011 a 2020. Nessa transição escolar muda-se o foco pedagógico para a aprendizagem da leitura e escrita, imprescindíveis para que a criança se aproprie da cultura humana, o que contribui para uma transformação psíquica vivenciada na passagem de uma atividade propulsora de desenvolvimento a outra, ou seja, da brincadeira de papéis sociais para a atividade de estudo. Nesse processo, a criança pode expressar conflitos internos que se manifestam em comportamentos denominados como crise. Foram analisadas seis pesquisas, o que permitiu elencar as seguintes categorias para reflexão: o que dizem os documentos oficiais; a importância da atividade-guia; o caráter de continuidade no processo de escolarização; a intencionalidade docente no processo pedagógico; a formação docente inicial e contínua e a criança como protagonista e sujeito com especificidades. Por fim, buscou-se demonstrar a relevância das pesquisas para a compreensão desse período de transição e dos aspectos que, ao possibilitarem mais aprendizado para a criança que vivencia esse processo, promovem seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental; Processos de ensino e aprendizagem; Psicologia Histórico-Cultural.

RELEVANT ASPECTS IN THE PASSAGE FROM EARLY CHILDHOOD EDUCATION TO ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT: It investigates about the transition from Early Childhood Education to the 1st year of Elementary School, from the assumptions of the Historical-Cultural Psychology, through exploratory bibliographic research in the *Scielo* and *BDTD* databases, from 2011 to 2020. In this school transition, the pedagogical focus is changed for the learning of reading and writing, essential for the child to appropriate human culture, which contributes to a psychic transformation experienced in the passage from one developmental propelling activity to another, that is, from the play of social roles to the study activity. In this process, the child can express internal conflicts that manifest themselves in behaviors called crisis. Six studies were analyzed, which allowed us to list the following categories for reflection: what the official documents say; the importance of the guide activity; the character of continuity in the schooling process; teacher intentionality in the pedagogical process; initial and continuous teacher training and the child as protagonist and subject with specificities. Finally, we sought to demonstrate the relevance of research for the understanding of this transition period and the aspects that, by enabling more learning for the child who experiences this process, promote their development.

KEYWORDS: Transition from Early Childhood Education to Elementary School; Teaching and learning processes; Historical-Cultural Psychology.



1 APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento humano está articulado às condições sociais que permeiam o processo de apropriação pelos sujeitos do conhecimento produzido e acumulado historicamente. Com a entrada no Ensino Fundamental (EF), mudam as relações que a criança estabelece com os sujeitos e o contexto social que a cerca. Essa mudança ocorre devido às possíveis contradições entre suas potencialidades e o enfrentamento de desafios que lhe são oportunizados, exigindo que ela os supere, o que provoca uma requalificação de suas funções psíquicas (Leontiev, 2004) e gera a necessidade de novas apropriações de formas mais elaboradas da cultura humana. Na vivência desse processo, a criança pode expressar seus conflitos internos por meio de comportamentos denominados como crise (Vigotski, 1996).

Mais do que passar de uma etapa de ensino a outra, a transição da Educação Infantil (EI) para o EF caracteriza-se pela transformação psíquica que a criança vivencia no movimento de uma atividade propulsora de desenvolvimento a outra, da brincadeira de papéis sociais para a atividade de estudo.

A importância dessa transição deve ao fato de que essa passagem coincide com o período em que a criança começa a ser alfabetizada, portanto a apropriar-se e a dominar as condições para o desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita, imprescindíveis para que qualquer sujeito se aproprie da cultura produzida pela humanidade.

Assim, a compreensão da transição da EI para o 1º ano do EF, como ela se materializa e como é vivenciada pela criança torna-se necessária para que as ações pedagógicas possam se efetivar de forma a favorecer a aprendizagem e promover o desenvolvimento infantil neste período.

Portanto, objetiva-se refletir sobre a transição da EI ao EF, indagando-se o que dizem as pesquisas sobre as múltiplas determinações que envolvem essa passagem, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Para responder a essa questão, este



artigo encontra-se assim estruturado: Na primeira sessão expõe-se a metodologia utilizada para a consecução da pesquisa. Em seguida, apresentam-se as pesquisas analisadas, no diálogo com as quais pôde-se organizar a discussão nas seguintes categorias: o que dizem os documentos oficiais; a importância da atividade-guia; o caráter de continuidade no processo de escolarização; a intencionalidade docente no processo pedagógico; a formação docente inicial e contínua; e a criança como sujeito com especificidades. Nas considerações finais, ressalta-se a relevância das pesquisas para a compreensão do período de transição investigado, destacando os aspectos que possibilitam mais aprendizado para a criança que vivencia esse processo.

2 METODOLOGIA

À luz dos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, investigaram-se as fontes secundárias, que trazem importantes contribuições no sentido de melhor compreender a passagem de crianças oriundas da EI que ingressam no EF. Assim, tornou-se necessário investigar as publicações que apresentam esse objeto, nos sites da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e na base *Scientific Electronic Library Online – Scielo*.

A revisão de literatura consiste em iniciar a pesquisa pelas produções já existentes sobre seu tema central:

Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida (Lakatos; Marconi, 2003, p. 225).

Assim, a pesquisa bibliográfica foi realizada em março/2021, no site SciELO – Brasil (<https://www.scielo.br>), utilizando os descritores: Transição Educação Infantil Ensino Fundamental, sem vírgulas, e sem operadores *booleanos*. Estabeleceu-se um período temporal de dez anos, inserindo-se os seguintes filtros: Brasil; todos os



periódicos; idioma: português; ano de publicação: todos; e recorte temporal: 10 anos, objetivando resgatar as publicações referentes ao tema pesquisado.

Na BDTD utilizaram-se os descritores Transição AND Educação Infantil AND Ensino Fundamental AND Psicologia Histórico-Cultural OR Teoria Histórico-Cultural.

A seguir apresenta-se o resultado do levantamento bibliográfico e a reflexão analítica que buscou articular os aspectos que se destacaram nas pesquisas.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A busca no site SciELO revelou 11 artigos, dos quais foram descartados nove, cujo motivo, além do título e da autoria encontra-se discriminado a seguir:

Quadro 1: Pesquisas descartadas – SciELO

Autor	Título	Publicação	Motivo do descarte
Cruz, Silvia Helena Vieira; Schramm, Sandra Maria de Oliveira	Listening to the children in research and quality of early childhood ¹	2019	Não se refere ao objeto de estudo da pesquisa.
Barcelos, Marciel; Santos, Wagner dos; Ferreira Neto, Amarílio	Aprender na educação física: diálogos com as crianças e a professora	2017	Não se refere ao objeto de estudo da pesquisa.
Dias, Edilamar Borges; Campos, Rosânia	Sob o olhar das crianças: o processo de transição escolar da EI para o EF na contemporaneidade	2015	Outra perspectiva teórica: Sociologia da infância, Psicologia socio-histórica.
Moreira, Ana Rosa Picanço; Micarello, Hilda; Schapper, Ilka; Santos, Núbia Schaper	Pesquisas sobre infâncias, formação de professores e linguagens: diálogos com a perspectiva histórico-cultural	2015	Não se refere ao objeto de pesquisa.
Moreno, Monica Roncancio; Branco, Angela Maria	Desenvolvimento das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural	2014	Outra perspectiva teórica: Psicologia cultural, teoria do <i>self</i> dialógico.

¹ Escutando as crianças na pesquisa e qualidade na primeira infância.



Campos-Ramos, Patrícia Cristina; Barbato, Silviane	Participação de crianças em pesquisa: uma proposta considerando os avanços teóricos-metodológicos	2014	Aborda o desenvolvimento do self na infância.
Neves, Vanessa Ferraz Almeida; Gouvêa, Maria Cristina Soares de; Castanheira, Maria Lúcia	A passagem da EI para o EF: tensões contemporâneas	2011	Contexto de ampliação do ensino fundamental para nove anos.
Belintane, Claudemir	Oralidade, alfabetização e leitura: enfrentando diferenças e complexidades da escola pública	2010	Não se refere ao objeto de estudo da pesquisa.
Campos, Maria Malta	A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos de debate	1999	Fora do recorte temporal, também não se refere ao objeto de estudo da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A seleção realizada na busca na base *Scielo*, resultou em dois artigos pertinentes à pretensão desta pesquisa. São eles: A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: a gestação da atividade de estudo (Carbonieri; Eidt; Magalhães, 2020) e Faz de conta que as crianças já cresceram: o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Martinati; Rocha, 2015).

Na BDTD, utilizando os descritores Transição *AND* Educação Infantil *and* Ensino Fundamental *AND* Psicologia Histórico-Cultural *OR* Teoria Histórico-Cultural, foram encontradas cinco dissertações, das quais duas foram descartadas conforme expressa o quadro a seguir.

Quadro 2: Pesquisas descartadas – BDTD

Autor	Título	Ano de publicação	Motivo do descarte
Santos, José Carlos dos	A corporeidade criança vai à escola?	2019	Apoiado no enfoque fenomenológico.
Santos, Rodrigo Follis	Memória, mídia e transmissão religiosa: estudo de caso da revista adventista (1906-2010)	2017	Não se refere ao objeto de estudo desta pesquisa.

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Dessa busca, selecionaram-se três dissertações que apresentaram relevância para estudo do objeto em questão. São elas: Proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Castilho, 2014); Transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental: uma leitura das significações das crianças a partir da Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano (Zanatta, 2017); E O processo de formação de conceitos nas crianças de 4 a 6 anos (Tartari, 2019).

Incorporou-se mais uma dissertação que não foi selecionada na busca eletrônica, pela pertinência do assunto. Transição da criança com deficiência da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: uma análise dos processos avaliativos no município de São Carlos – SP (Nascimento, 2018).

Apresenta-se, a seguir, o Quadro 1 com a análise dos artigos e dissertações selecionados para a revisão bibliográfica. Tendo em vista que a fundamentação teórica foi um critério de seleção para as pesquisas elencadas, destaca-se que todas estão embasadas nos pressupostos da THC, motivo pelo qual suprimiu-se sua explicitação no quadro a seguir.

Quadro 3: Análise das produções selecionadas na revisão de literatura

Título/autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Ribeiro, 2014)	Analisar o processo coletivo de construção do currículo da rede municipal de Juiz de Fora, considerando que este documento resulta de uma obrigatoriedade imposta por políticas públicas, mas também das relações culturais e históricas estabelecidas entre os sujeitos envolvidos diretamente neste processo.	Articulou a abordagem qualitativa à pesquisa bibliográfica e documental. Também utilizou entrevistas abertas e questionários, os quais foram respondidos pelos professores da rede que participaram das discussões sobre a construção da proposta curricular.	Aponta-se para a dicotomia existente entre a EI e o EF, e para a necessidade de refletir sobre as possibilidades de superação do enquadramento da criança em uma perspectiva que ignora a totalidade na qual essa criança se constitui e se desenvolve. Destaca a brincadeira como promotora de desenvolvimento e aprendizagem.



<p>Transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental: uma leitura das significações das crianças a partir da Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano. (Zanatta, 2017)</p>	<p>Analisar como ocorre a constituição das significações estabelecidas pela criança em sua vivência no período de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, buscando. Além de analisar, apreender a periodização considerando a relação materialista histórico-dialética, na qual a criança está inserida, percebendo-a em sua dinamicidade revelando as contradições nas quais ela se constitui. Para a coleta de dados utilizou observação participante e entrevista no formato de roda de conversa, envolvendo 20 crianças. Esses instrumentos possibilitaram desvelar as relações na criança que ingressava no 1º ano. O campo de pesquisa foi uma escola da rede municipal de ensino da região Oeste de Santa Catarina.</p>	<p>A pesquisa aponta que um dos limites que se impõe na passagem da criança da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental ainda se refere a organização do processo pedagógico, tanto dos espaços, como na ação educativa. Uma das condições essenciais para superação desse limite seria a compreensão das especificidades da criança em cada etapa do ensino.</p>
<p>Transição da criança com deficiência da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: uma análise dos processos avaliativos no município de São Carlos – SP (Nascimento, 2018)</p>	<p>Analisar a transição da criança com deficiência da E I para o E F. Revelar como o processo de avaliação pode contribuir nessa passagem.</p>	<p>Utiliza a triangulação de métodos, articulando dados a partir da revisão bibliográfica, da análise documental e da pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi direcionada a professores tanto da EI quanto do primeiro ano do E F. Também foi direcionada aos gestores (supervisores e diretor). Apresenta dados quantitativos sobre a matrícula da criança com deficiência na rede municipal de ensino de São Carlos.</p>	<p>Os resultados apontam como importantes no processo de transição, que podem ser melhor organizados: * a relevância da avaliação; * a necessidade de formação inicial e continuada voltada para as questões que envolvem a inclusão escolar. * o aumento do número de diagnóstico de TGD (transtorno global do desenvolvimento) na Educação Infantil; * a falta de ações do poder público considerando esta transição.</p>
<p>O processo de formação de conceitos nas crianças de 4 a 6 anos (Tartari, 2019)</p>	<p>Compreender como a formação dos conceitos ocorre em crianças na idade pré-escolar.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico.</p>	<p>Os resultados da pesquisa ressaltam aspectos relevantes para o processo de formação de conceitos em crianças de 4 a 6 anos: a organização do ensino</p>



			voltada para este fim, considerando a brincadeira como a atividade na qual a criança deve estar envolvida para que ocorra a promoção de seu desenvolvimento psíquico; formação inicial e continuada do docente, que leve em consideração a importância do processo de formação de conceitos.
A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: a gestação da atividade de estudo (Carbonieri; Eidt; Magalhães, 2020).	Compreender como o ensino promovido por meio da brincadeira de papéis sociais e das atividades produtivas incidem no psiquismo infantil e no desenvolvimento das capacidades psíquicas às quais serão base para a atividade de estudo.	De natureza teórico-conceitual.	Evidencia que por meio da brincadeira de papéis as crianças encontram as condições favoráveis para reproduzir relações sociais que fazem parte da convivência humana, e assim também desenvolvem o autodomínio da conduta e a imaginação.
"Faz de conta que as crianças já cresceram": o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Martinati; Rocha, 2015).	Analisar o processo de transição da E. I. para o E. F., buscando evidenciar a perspectiva de crianças e professoras sobre esse período.	Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo envolveu duas turmas: uma turma de E.I. e na sequência uma turma de E.F. na qual estavam matriculados alunos oriundos da turma de E.I. Instrumentos de pesquisa: observação, entrevistas de professoras e crianças, análise documental e questionário com os pais.	Os resultados da pesquisa apontam para aspectos que envolvem a desarticulação e a descontinuidade do trabalho pedagógico no período de transição o que exige um maior cuidado com as ações que envolvem esse período, que se inicia na E.I. e adentra no E.F.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise das discussões apresentadas nas produções selecionadas possibilitou destacar seis categorias: reflexões acerca dos documentos oficiais; importância da atividade-guia; continuidade no período de transição; a



intencionalidade docente no processo pedagógico; formação docente inicial e continuada; a criança como protagonista e sujeito com especificidades.

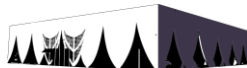
A primeira refere-se a reflexões acerca dos documentos oficiais que orientam essa passagem, sejam eles o currículo, o Projeto Político Pedagógico ou documentos oficiais expedidos pelo Ministério da Educação MEC, os quais constituem-se em pontos comuns a Ribeiro (2014), Martinati e Rocha (2015) e Nascimento (2018).

Ribeiro (2014) contextualiza historicamente a Educação Infantil no Brasil, destacando os documentos orientadores que marcam a concepção de Educação Infantil e de infância. Elenca o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) como “a primeira iniciativa oficial de sistematizar orientações para a E.I. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1999), segundo a autora, apresentam um caráter autoritário e obrigatório. A proposta desse documento, segundo Ribeiro (2014), rompe com as práticas tradicionais referentes ao assistencialismo e à apresentação da Educação Infantil como uma preparação para o Ensino Fundamental.

Nesse sentido, acentua-se a importância de que a Educação Infantil assuma sua especificidade por meio de um trabalho pedagógico sério, ainda que lúdico, voltado ao desenvolvimento das possibilidades de representação do mundo social no pensamento infantil, apoiado na aquisição e desenvolvimento da linguagem e da imaginação.

Ribeiro (2014, p. 110) destaca, também, que a política pública deve ultrapassar o âmbito teórico e se efetivar nas práticas cotidianas, nas instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, pois “[...] um desafio que se coloca agora a esta proposta é que ela alcance formas mais eficazes para sua efetivação”.

Como afirma Nascimento (2018), a pura e simples aplicação da lei não garante que seus objetivos sejam alcançados, pois a efetivação de suas práticas passa pelo âmbito da organização das instituições, tanto da Educação Infantil como do Ensino Fundamental. Assim:



O cumprimento puro e simples da lei não garante que os objetivos almejados sejam atingidos neste estudo, analisamos documentos que mostram ser condição *sine qua non* para o sucesso da transição uma articulação que promova visitas, diálogo, participação das famílias, adaptações de tempo, das manifestações do brincar, espaço, currículo, avaliação e documentação pedagógica, entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Nascimento, 2018, p. 119).

Portanto, Nascimento (2018) explicita aspectos importantes a serem considerados, não apenas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, como também nas demais transições envolvidas na Educação Básica.

As práticas citadas por Nascimento também são ressaltadas no artigo de Martinati e Rocha (2015) que aponta no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) e em documentos do Ministério da Educação (Brasil, 2004a; 2004b), trechos que dão ênfase a ações que possibilitem a passagem da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental de forma tranquila e segura.

Martinati e Rocha (2015) apoiam-se no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, para salientar que o professor da Educação Infantil pode promover o diálogo com as crianças sobre a passagem para o Ensino Fundamental. Ainda, as instituições, tanto de Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental podem promover eventos que auxiliem as crianças a se adaptarem com mais facilidade a essa mudança, tais como visitas prévias à escola e até a turmas do 1º ano, entrevistas com os pais e alunos, entre outras.

Os documentos do Ministério da Educação enfatizam a adequação dos processos educativos tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, possibilitando assim uma transição natural, evitando rupturas e impactos que sejam prejudiciais ao processo de escolarização das crianças (Brasil, 2004a; 2004b).

Nas discussões apresentadas por Ribeiro (2014), Martinati e Rocha (2015) e Nascimento (2018) sobre os documentos oficiais orientadores da Educação Infantil e também do Ensino Fundamental, fica evidente a importância de que as orientações



preconizadas por tais documentos, sejam realmente materializadas por meio de ações que criem condições favoráveis ao processo de transição e de ensino da criança, contribuindo assim para a continuidade de seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, possibilitando o avanço em seu desenvolvimento.

Outra categoria que emergiu das pesquisas analisadas refere-se à atividade-guia, como aquela que vai orientar e contribuir para o maior desenvolvimento da criança, seja na Educação Infantil por meio da brincadeira de papéis sociais ou no 1º ano do Ensino Fundamental, mediante a atividade de estudo (Martinati; Rocha, 2015; Zanatta, 2017; Tartari, 2019; Carbonieri; Eidt; Magalhães, 2020).

Essas autoras destacam o papel que a atividade-guia exerce no desenvolvimento infantil, bem como a importância de uma prática docente, que a considere e seja intencionalmente planejada, no sentido de levar as crianças a se apropriarem de forma mais efetiva dos conhecimentos sistematizados.

[...] em cada atividade principal a criança se relaciona com o mundo e, em cada estágio, ela forma necessidades específicas. Ao desenvolver essas atividades, mudanças são geradas em sua personalidade e nos processos psíquicos. Isso posto, exige do professor da Educação Infantil e dos anos iniciais planejamento e atenção adequada às especificidades da infância (Zanatta, 2017, p. 25).

Tartari (2019, p. 102), além da relevância ao papel da atividade-guia no desenvolvimento humano, destaca as relações sociais como fundamentais nesse processo, apontando que “[...] a atividade prática da criança, que ocorre em seu meio e relações sociais, é fonte inicial do desenvolvimento psíquico.”

A perspectiva de Martinati e Rocha (2015) coaduna-se com as expostas anteriormente ao destacar os aspectos qualitativos da atividade-guia por ser aquela capaz de promover as mudanças mais significativas na constituição da personalidade e do desenvolvimento da criança.

Tal afirmação é sustentada por Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020, p. 3) que se apoiam em Leontiev (2016) e asseguram a atividade-guia “como aquela que



governa as mudanças psicológicas mais decisivas em um dado período de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, gesta as premissas para a formação de novos tipos de atividades”. Leontiev (2010) explica:

Alguns tipos de atividades são principais em um certo estágio, e são da maior importância para o desenvolvimento subsequente [sic] do indivíduo, e outros tipos são menos importantes. Alguns representam o papel principal no desenvolvimento, e outros, um papel subsidiário (Leontiev, 2010, p. 63).

Assim, na época da infância, o jogo de papéis gesta as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade de estudo no psiquismo infantil. Essa gestação também é destaque para Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020, p. 6) quando afirmam, apoiadas em Bodrova e Leong (2003), que “As funções mentais, tais como a atenção, memória e imaginação iniciam seu processo de transformação durante a idade pré-escolar e adquirem suas formas voluntárias no decorrer da idade escolar”.

Torna-se inegável a relevância da compreensão da atividade-guia e a necessidade de planejar situações e ações em que os escolares, efetivamente se coloquem na realização ativa dessas ações, para que o seu aprendizado e desenvolvimento possam ser promovidos de forma mais eficaz nas instituições escolares, sejam elas relativas à Educação Infantil ou ao Ensino Fundamental.

O caráter de continuidade pedagógica no período de transição da EI ao EF, foi a terceira categoria a emergir da análise os dados. Um aspecto de extrema relevância nessa passagem, consiste na possibilidade de a criança atravessá-la da forma mais natural e tranquila em decorrência da adequada organização do processo pedagógico.

Para isso a criança precisa perceber-se como sujeito inserido em novas relações sociais, o que demanda novas formas de interagir e intervir no mundo. Esse caráter tornou-se marcante nos trabalhos desenvolvidos por Martinati e Rocha (2015), Ribeiro (2017), Zanatta (2017), Nascimento (2018) e Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020).



A categoria da continuidade torna-se relevante, pois a periodização do desenvolvimento pode ser compreendida de forma equivocada, tomando-se esses períodos de forma isolada. A dicotomia entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ainda se faz presente como preocupação inerente ao período de transição, o qual por vezes gera uma ruptura que não é saudável ao desenvolvimento infantil.

Sobre isso, Ribeiro (2014, p. 15) destaca “que tais propostas objetivam sujeitos distintos”, a criança da E.I. tem suas especificidades que são distintas das do aluno do E.F. Aponta, também, que tal concepção pode ser superada por meio da articulação das práticas desenvolvidas na EI. e no E. F., alertando contra a dicotomia muitas vezes observada entre esses dois níveis de ensino

Entendemos que a passagem da EI para o EF deve ser pautada por continuidades, para que o protagonismo da criança em ambas as etapas seja assegurado mas, na prática, essa transição tem sido marcada por dicotomias que podem ser sistematizadas, na EI, a criança brinca e, no EF, ela estuda (Ribeiro, 2014, p. 112).

Nesse sentido, as discussões de Zanatta (2017, p. 55) coincidem com as de Ribeiro (2014), ao afirmar que “[...] um bom tanto dos limites e desafios que se impõe [sic] na transição da Educação Infantil para os anos iniciais está no modo como se concebe e se organiza o processo pedagógico”.

O processo pedagógico na Educação Infantil não deve limitar-se ao brincar livremente proposto à criança apenas como forma de ocupar o seu tempo. Mas, é importante pensar a brincadeira como a relação ativa por meio da qual a criança se apropria das significações dadas pelas relações sociais na constituição dos sujeitos. Logo, o brincar na Educação Infantil deve ser sinônimo de aprendizado e desenvolvimento.

Assim como o processo pedagógico ofertado na escola para a criança de 6 anos, não deve ser orientado apenas pela “imaturidade” que ela possa ainda



apresentar. Convém, sem eliminar o aspecto lúdico na atividade de ensino, considerar quais tarefas provocarão na criança a necessidade e o motivo para realizar ações e operações necessárias para a resolução das tarefas escolares, o que terá como produto a modificação do psiquismo infantil por meio da aprendizagem, processo que resultará no desenvolvimento da criança.

Nascimento (2018, p. 118) também demonstra preocupação com essa dicotomia, destacando que “A transição entre as duas etapas deve protagonizar as fases do desenvolvimento da criança segundo a Psicologia Histórico-Cultural e, para isso, é importante que não seja antecipado o currículo do Ensino Fundamental na Educação Infantil.” A autora ainda assevera:

Durante o período de transição entre as duas estruturas, os sistemas devem administrar uma proposta curricular que assegure as aprendizagens necessárias ao prosseguimento, com sucesso, nos estudos, tanto às crianças de seis anos quanto às de sete anos de idade que estão ingressando no Ensino Fundamental de nove anos, bem como àquelas ingressantes no, até então, Ensino Fundamental de oito anos, tenham elas alguma deficiência ou não (Nascimento, 2018, p. 120).

Martinati e Rocha (2015, p. 311) também sustentam que uma boa possibilidade de superação dessa dicotomia é voltar a atenção, no E. F., para a atividade lúdica, muito presente na vida infantil, possibilitando uma passagem menos descontínua, ao “[...] oferecer-lhe atividades mais estruturadas de estudo e atividades lúdicas, tanto no ano final da Educação Infantil, quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental”.

Desse modo, estar-se-ia possibilitando uma travessia mais cuidadosa e gradual entre as atividades principais – das brincadeiras para o estudo. Essa preocupação justifica-se pois, uma adequada ação pedagógica favorecerá o enfrentamento dos períodos críticos, comuns na transição de uma atividade-guia a outra.

O papel docente, quarta categoria elencada, é explicitamente destacado por Tartari (2019) e Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020).



Tartari (2019, p. 109-110) evidencia a relevância da atividade de ensino desempenhada pelo professor, levando em consideração a importância do planejamento de suas intervenções. “Reiteramos que a atividade de ensino, desempenhada pelo educador, possui evidente relevância, já que o docente organiza intervenções didático-pedagógicas fundamentais para a aprendizagem, promotora do desenvolvimento infantil”.

Também Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020, p. 5) consideram a importância do papel docente na brincadeira de papéis sociais já que, por meio dessa atividade a criança “[...] aproxima-se e apropria-se da realidade na qual está inserida”. Destacam, também, que a diretividade da ação docente é imprescindível, pois a atividade de estudo possibilita a apropriação dos conhecimentos teóricos (ciência, arte, filosofia).

Pasqualini e Abrantes (2016), com fundamento em Davidov (2008), salientam a relevância da participação ativa da criança nas atividades de estudo oportunizadas pelo professor, aspecto também destacado por Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020):

[...] no início da atividade de estudo, a apropriação do conhecimento ainda não se coloca como uma necessidade consciente para a criança: tal necessidade se forma no processo de apropriação do conhecimento, na medida em que ela realiza, junto com o professor, ações de estudo (Carbonieri; Eidt; Magalhães, 2020, p. 3).

Tartari (2019), ao refletir sobre questões importantes para uma adequada organização da atividade pedagógica, propõe que as condições objetivas que envolvem os docentes, sejam observadas no processo de escolarização e humanização da criança escolar, pois impõem e restringem a disposição e a qualidade de trabalho docente. As limitações ou mesmo as ampliações proporcionadas por essas condições ao trabalho docente, refletem-se na constituição da ação pedagógica, mesmo que de forma involuntária:

[...] existem condições sociais, políticas, econômicas que muitas vezes não são controladas pelo educador e interferem no processo de ensino e



aprendizagem. Sabemos que as condições encontradas em grande parte das instituições de ensino do país são precárias em muitos aspectos. Questões como o espaço físico, materiais didáticos e número de crianças por sala de aula precisam ser adequadas para uma apropriada organização da atividade pedagógica. São aspectos que exercem grande influência na qualidade do processo educativo e na formação dos conceitos (Tartari, 2019, p. 109-110).

Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020, p. 3) revelam que o processo educativo deve produzir na criança a necessidade da apropriação da cultura humana expressa nos conhecimentos que devem ser apreendidos por ela na escola, pois “a necessidade de apropriação de conhecimentos sistematizados não é um pré-requisito para a aprendizagem dos conteúdos escolares, mas precisa ser produzida pelo próprio processo de escolarização”.

Destaca-se aqui que o responsável direto pelo processo de escolarização da criança, é o professor, mesmo inserindo-se nas condições subjetivas e objetivas da realidade social concreta, por vezes estranhas à sua vontade. Sem sombra de dúvidas, a conjuntura em que se encontra o professor vai se refletir de forma explícita ou implícita em sua prática pedagógica. Assim, a tomada de consciência pelo professor dos reflexos dessa conjuntura no ato pedagógico pode resultar em escolhas por ações que sejam mais decisivas para o desenvolvimento psíquico infantil.

É possível afirmar que a prática docente intencionalmente planejada, levando em consideração os aspectos já mencionados, pode se materializar no trabalho pedagógico que caminha para a emancipação humana. Neste sentido é importante a apropriação de conhecimentos que possibilitem uma educação omnilateral. Mas, para

[...] um trabalho apropriado, na direção de uma educação omnilateral, consideramos que o educador precisa compreender os aspectos fundamentais que se referem ao desenvolvimento infantil. Para isso, é necessário ter compreensão dos pressupostos psicológicos e pedagógicos que norteiam sua atividade docente (Tartari, 2019, p. 110).

A esses dois conjuntos de pressupostos, pode-se acrescentar a dimensão política, de forma a possibilitar uma inserção na realidade, como sujeitos, aluno e



professor, que contribuam para um processo de transformação na direção da democratização do acesso aos bens culturalmente produzidos pela humanidade.

O papel docente torna-se uma consequência da formação inicial e contínua, quinta categoria destacada. Como já enfatizado neste artigo, a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, quando bem compreendida pelo professor, pode evitar que as crises se tornem agudas e se constituam em um obstáculo para o melhor desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, Tartari (2019, p. 110) defende que “[...] não só a formação acadêmica, mas também a formação continuada, são subsídios fundamentais ao docente, como forma de apropriação de conhecimento para o constante repensar da atividade pedagógica.”

Nascimento (2018) já anunciava isso ao destacar o papel docente, mas também enfatiza o empenho dos órgãos públicos no sentido de propiciar formação continuada que possa instrumentalizar o professor na viabilização de ações mais efetivas no processo educativo

A busca por constante formação cabe ao professor e, ao município, cabe proporcionar formação continuada aos professores, gestores e demais envolvidos na equipe escolar. O compartilhamento destes saberes entre eles é também ferramenta importante (Nascimento, 2018, p. 122).

Sobre essa formação, inicial e contínua Nascimento (2018) ainda ressalta que deva ocorrer de forma a efetivar a articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica, demonstrando, tanto aos professores da E.I. quanto do E. F., a relação articulada que deve ser observada nesse processo de transição.

Esta formação vai além do formar para a diversidade da criança em sala de aula, é preciso compreender questões que envolvem a entrada mais cedo da criança no Ensino Fundamental, a formação tanto da equipe da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental; [...] (Nascimento, 2018, p. 122).



Enfim, é necessário refletir sobre a intrínseca relação entre a ação docente na E. I. e no E. F. Altera-se a lei, ampliando o Ensino Fundamental, mas é preciso considerar que há um tempo para que os professores se apropriem dessas alterações legais passando a incorporá-las na prática pedagógica.

Finalmente, como última categoria, destacou-se a criança como protagonista e sujeito com especificidades.

Zanatta (2017) salienta o conceito de criança como sujeito histórico. Reconhecida assim, ela se constitui na complexa tessitura do convívio humano, na qual se estabelecem as condições para que ela se aproprie das produções humanas. Essa tessitura é elaborada historicamente por meio de movimentos coletivos que resultam em políticas públicas decorrentes de lutas de classe as quais, em conjunto com outros fatores sociais, envolvem a criança.

Por isso, Zanatta (2017, p. 16) empreendeu sua pesquisa buscando “[...] pelo olhar da criança”, reconhecê-la como sujeito histórico na passagem da E. I. para o E. F. Assim, procurou caracterizar a criança do período de transição, compreendendo seu desenvolvimento com base em um aporte teórico que a coloque como sujeito histórico e ativo no processo de escolarização.

O olhar do professor nessa perspectiva vai se refletir na correta organização do trabalho pedagógico, ampliando suas possibilidades de sucesso, pois

[...] conceber a infância a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural de desenvolvimento humano implica reconhecer em Vigotski, Leontiev, Luria, Elkonin, entre outros, os principais aportes que, com base no materialismo histórico-dialético, oferecem o suporte necessário para afirmar a infância como um tempo sócio-histórico, e a criança como um ser humano concreto, isto é, como sujeito ativo que se constitui humano pela mediação dos artefatos materiais e simbólicos disponíveis na cultura (Zanatta, 2017, p. 21).

Ribeiro (2014, p. 111) também já asseverava que, em documentos legais, “[...] a criança ganhou protagonismo, sendo percebida como sujeito ativo, participativo e que produz cultura”. Somam-se a essa perspectiva Martinati e Rocha (2015) e Zanata



(2017), que levaram em consideração o papel da criança enquanto sujeito histórico, e se preocuparam em dar-lhe voz em suas pesquisas.

Os documentos oficiais reconhecem a necessidade do respeito às características das crianças, pois alertam “sobre a importância de se conhecer a criança de 6 anos e suas especificidades, no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicológico, para atendê-las; [...]” (Martinati; Rocha, 2015, p. 311). E ressalte-se a concordância em todas as pesquisas analisadas, no sentido de que nesse atendimento o professor trabalhe com a criança na zona de desenvolvimento iminente, ou seja, com tarefas que envolvam os conceitos teóricos que a criança pode compreender com ajuda.

Carbonieri, Eidt e Magalhães (2020, p. 2) conciliam sua discussão com as de Martinati e Rocha (2015) e Zanatta (2017), evidenciando o papel assumido pela criança na sociedade: “Atualmente, o reconhecimento da criança enquanto sujeito social e histórico, detentora de direitos sociais, faz da Educação Infantil uma exigência social[...]”. Destaca-se, assim, entre os direitos sociais infantis, tanto na EI quanto no EF, o direito de aprender.

A análise das pesquisas investigadas possibilitou emergirem as categorias apresentadas relativas aos diferentes sujeitos que vivenciam o período de transição da EI ao EF, e revelam aspectos que, se considerados no processo pedagógico, podem resultar em mais aprendizagem e desenvolvimento quando organizados e estruturados levando em consideração tanto as especificidades da criança que vivencia esta passagem, quanto os aspectos internos e externos às instituições que atendem a esta faixa etária.

Todas as pesquisas analisadas fundamentam-se na Psicologia Histórico-Cultural. Portanto, todas as categorias apresentadas estão interligadas, e se articulam reciprocamente, e revelam a busca pela totalidade na apreensão do objeto analisado. Essa busca é fundamental para que a práxis pedagógica supere a dicotomia entre a



teoria e a prática, tomando-as como base para a necessária articulação que se revele por meio da própria ação pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a idade cronológica avance em um processo contínuo, essa continuidade não significa ausência de crises, as quais serão mais agudas ou menos agudas, conforme o processo educativo seja mais ou menos condizente com as necessidades da criança em desenvolvimento. Portanto, como Leontiev (2010) indica a crise não é um fato inevitável no desenvolvimento infantil. Quando ela ocorre, denuncia discrepâncias entre as mudanças internas na criança e as exigências externas relativas à sua vivência. Ou seja, as crises mais agudas manifestam-se na ruptura entre as capacidades sob o domínio da criança e as condições externas oportunizadas ao seu desenvolvimento.

A ação docente bem fundamentada auxilia a criança na passagem da EI ao EF, e a conduz de forma contínua, amenizando rupturas que podem ser consequência do direcionamento de um processo pedagógico que se revele tanto além, quanto aquém da potencialidade infantil. Disso decorre a importância de o professor conhecer os aspectos teóricos que fundamentam o processo de desenvolvimento infantil.

Considerar cada aluno como um sujeito com especificidades e simultaneamente com o mesmo direito de aprender que os demais, é fundamental no planejamento e na consecução do processo pedagógico. Compreender a importância da ação docente, e conduzi-la de forma a promover a aprendizagem, exige formação do professor. Trata-se de apoiar a ação pedagógica em uma teoria que busque o desenvolvimento do pensamento teórico do aluno, a partir de tarefas comprometidas com a apropriação do conhecimento científico, possibilitando, a esse aluno, atuar no contexto em que se encontra a partir do desvelar da realidade aparente.



As categorias que emergiram da análise das publicações sobre o tema não esgotam sua problemática, mas apontam para sua complexidade. Portanto, atentar-se para cada uma dessas categorias representa um desafio a ser enfrentado, visando um processo de aprendizagem mais efetivo.

Ainda que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental venha se constituindo gradativamente em objeto de estudo, as conclusões dessas pesquisas são insuficientes diante da complexidade que essa teoria e a transição no desenvolvimento infantil exigem, pois, apontam caminhos, mas também ressaltam a necessidade de novas pesquisas que possam fornecer elementos de forma a consolidar a práxis docente em uma fase tão importante, quanto esta da passagem da EI ao EF.

A reflexão sobre a alternância gradativa das respectivas atividade-guia permite perceber o processo de continuidade pedagógica na transição da EI para o EF, subsidiando a ação docente que leva em consideração não apenas os conhecimentos práticos, mas se reflete em uma práxis que se ampara na teoria para melhorar sua ação. Remete portanto, à responsabilidade do Estado na promoção de processos de formação docente inicial e contínua, que contribuam para que os professores estejam melhor preparados para acompanhar as crianças que ingressam no Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

CARBONIERI, J.; EIDT, N. M.; MAGALHÃES, C. A transição da educação infantil para o ensino fundamental: a gestação da atividade de estudo. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 24, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/97Tn9BTwb5zciPdPStGkzk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.



LEONTIEV, A. N. Uma Contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. *In*: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 59-83.

MARTINATI, A. Z.; ROCHA, M. S. P. de M. L. da. “Faz de conta que as crianças já cresceram”: o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 309-319, mai./ago. 2015. DOI: 10.1590/2175-3539/2015/0192839. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dQMTYBy3gtKMHddmNmbXVGh/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.

NASCIMENTO, S. R. **Transição da criança com deficiência da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**: uma análise dos processos avaliativos no município de São Carlos-SP. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

PASQUALINI, J. C.; ABRANTES, A. A. Apontamentos sobre o trabalho pedagógico no 1º ano do Ensino Fundamental à luz da periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento sobre o trabalho. *In*: MESQUITA, A. M. de; FANTIN, F. C. B.; ASBHAR, F. F. da S. (ORG.). **Currículo Comum para o Ensino Fundamental Municipal** [recurso eletrônico]. Bauru: Prefeitura Municipal de Bauru, 2016.

RIBEIRO, E. C. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da Educação Infantil ao Ensino Fundamental**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

TARTARI, F. M. **O processo de formação de conceitos nas crianças de 4 a 6 anos de idade**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas IV**. Psicología infantil. Tradução de Lydia Kuper. Madrid: Visor Distribuciones, 1996.

ZANATTA, J. **A transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental**: uma leitura das significações das crianças a partir da Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2017.

Recebido em: 24-08-2023

Aceito em: 07-12-2023

